

Grupo Econômico Balbo

**Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de março de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	5
Balancos patrimoniais combinados	8
Demonstrações combinadas de resultados	9
Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes	10
Demonstrações combinadas das mutações no investimento líquido do controlador	11
Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração das companhias combinadas do Grupo Econômico Balbo por controle comum, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras combinadas que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de março de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2025 foi caracterizado por um período de crescimento do PIB, alterações na variação cambial e inflação em alta. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2025 com a manutenção da alta taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com guerra comercial iniciado pelo governo norte americano, a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito no oriente médio.

Contexto do Grupo Econômico

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas, industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, porém, tivemos uma redução de 8,4% na moagem de cana-de-açúcar e conseqüentemente redução de 6,2% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Os canaviais das Usinas São Francisco e Santo Antônio foram severamente afetados pelos incêndios ocorridos no mês de agosto no estado de São Paulo.

Tivemos ainda uma redução no preço do açúcar e aumento no preço do etanol, condições estas que, combinadas, se traduziram em um resultado das operações consistente e de manutenção em relação ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas do Grupo Econômico Balbo.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos do Grupo Econômico Balbo, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil e suas operações no mercado externo se mantiveram consistentes em relação ao exercício anterior. Na Usina Uberaba, houve a consolidação da operação da planta de levedura e início da exportação de energia fortalecendo a diversificação das receitas. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro, energia elétrica e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais de 98% dos lotes existentes e em relação à Vila Messina, no Município de Cruz das Posses-SP, já foram comercializados mais de 46% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 24/25, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos das Companhias Combinadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado ao Grupo Econômico Balbo acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo junto a nossa organização, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido e expansão de outros negócios nossa unidade industrial localizada no Estado de Minas Gerais.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 24/25 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

A administração da Companhia mantém a expectativa que todas as metas definidas para a próxima safra serão atingidas.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 25 de junho de 2025.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas do

Grupo Econômico Balbo

Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. do “Grupo Econômico Balbo” (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações combinadas no investimento líquido do controlador e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, para o exercício findo em 31 de março de 2025, de acordo com a base de elaboração descrita na nota explicativa nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira e os fluxos de caixa das entidades sob controle comum do Grupo, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores

A administração do Grupo Econômico Balbo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras combinadas de acordo com a base de elaboração descrita na nota explicativa nº 3. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo Econômico Balbo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Econômico Balbo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Econômico Balbo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Econômico Balbo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Econômico Balbo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 25 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Grupo Econômico Balbo

Balancos patrimoniais combinados em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2025	31/03/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	653.084	705.992	Fornecedores	19	136.103	108.082
Contas a receber - Clientes	8	129.329	106.326	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20a	169.197	129.296
Contas a receber - Cooperativa	9	124.463	44.155	Financiamentos Cooperativa	20b	-	1.777
Estoques	10	111.956	99.855	Debêntures	20c	22.210	531
Ativo biológico	11	141.580	177.755	Notas comerciais	20d	5.332	-
Adiantamentos a fornecedores	12	145.423	112.221	Passivo de arrendamento	21	18.808	16.457
Instrumentos financeiros derivativos	25	29.108	21.468	Impostos e contribuições a recolher	22	14.018	10.911
Impostos a recuperar	13a	102.154	103.018	Imposto de renda e contribuição social a recolher		24.386	-
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	13b	71.318	248.358	Salários e contribuições sociais		41.172	48.150
Demais ativos		10.128	3.453	Demais passivos	23	29.854	21.629
Total do ativo circulante		1.518.543	1.622.601	Total do passivo circulante		461.080	336.833
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Clientes	8	22.165	8.902	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20a	352.051	449.816
Contas a receber - Cooperativa	9	77.864	81.439	Financiamentos Cooperativa	20b	38.186	45.769
Impostos a recuperar	13a	32.091	48.849	Debêntures	20c	65.070	82.378
Depósitos judiciais	14	375.792	220.047	Notas comerciais	20d	150.000	-
Demais ativos		281	3.988	Passivo de arrendamento	21	26.850	32.424
		508.193	363.225	Impostos e contribuições a recolher	22	11.137	7.750
Investimentos	17	132.755	130.474	Demais passivos	23	129.718	78.104
Imobilizado	18	1.483.654	1.284.070	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	59.993	137.772
Intangível		2.404	2.162	Provisão para contingências	24	353.045	282.544
Direito de uso	21	52.198	54.633	Total do passivo não circulante		1.186.050	1.116.557
Total do ativo não circulante		2.179.204	1.834.564	Total do passivo		1.647.130	1.453.390
Total do ativo		3.697.747	3.457.165	Investimento líquido do controlador	27	2.050.617	2.003.775
				Total do passivo e investimento líquido do controlador		3.697.747	3.457.165

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita operacional líquida	28	1.961.533	1.874.971
Custos dos produtos vendidos	29	(1.507.500)	(1.463.532)
Valor justo do ativo biológico	11	<u>(87.666)</u>	<u>(11.587)</u>
Lucro bruto		366.367	399.852
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	30	(138.061)	(139.281)
Administrativas e gerais	30	(155.448)	(116.939)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	<u>21.820</u>	<u>277.880</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		94.678	421.512
Receitas financeiras	32	143.517	101.471
Despesas financeiras	32	(185.365)	(99.296)
Variação cambial, líquida	32	<u>10.693</u>	<u>(396)</u>
Resultado financeiro líquido	32	<u>(31.155)</u>	<u>1.779</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		63.523	423.291
Imposto de renda e contribuição social correntes		(22.163)	56.826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>77.779</u>	<u>3.596</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>119.139</u></u>	<u><u>483.713</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro líquido do exercício	119.139	483.713
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>119.139</u>	<u>483.713</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas das mutações no investimento líquido do controlador

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Total</u>
Saldos em 31 de março de 2023	1.533.203
Distribuição de dividendos (Nota 27d)	(10.722)
Reserva reflexa de investida (Nota 27c)	-
Lucro líquido do exercício	483.713
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (Nota 27d)	<u>(2.419)</u>
Saldos em 31 de março de 2024	<u>2.003.775</u>
Distribuição de dividendos (Nota 27d)	(18.581)
Aquisição de ações de acionistas (Nota 27b)	(53.120)
Lucro líquido do exercício	119.139
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (Nota 27d)	<u>(596)</u>
Saldos em 31 de março de 2025	<u>2.050.617</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Econômico Balbo

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		63.523	423.291
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		267.136	276.759
Resultado na baixa de ativo imobilizado	31	(3.547)	(3.056)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	87.666	11.587
Reconhecimento estoque Cbios	31	9.544	-
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	11	177.755	172.486
Juros e variações cambiais provisionados	16	87.044	85.414
(Reversão) constituição de provisão para contingências	24	(1.088)	30.245
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	32	7.643	(1.265)
(Reversão) constituição de provisão para estoques obsoletos	10	(38)	138
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	19.252	16.953
Provisão parte crédito presumido ICMS	23	-	3.130
Receita de dividendos mensurados ao custo	31	(445)	(237)
Ganho por variação patrimonial de investida	31	(11.295)	(17.324)
Varição de ativos e passivos			
Títulos de capitalização		-	598
Contas a receber		(112.999)	(1.594)
Estoques		(21.607)	20.295
Impostos a recuperar		144.898	(68.613)
Adiantamentos a fornecedores		(30.636)	30.008
Demais ativos		(21.834)	(28.380)
Depósitos judiciais		(84.156)	(54.706)
Instrumentos financeiros derivativos		(15.283)	(12.249)
Fornecedores		28.021	(2.926)
Salários e contribuições sociais		(6.978)	5.399
Impostos e contribuições a recolher		77.890	3.376
Demais passivos		18.226	(9.658)
		678.692	879.671
Juros pagos ou recebidos	16	(54.758)	(63.803)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.409)	(30.027)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		604.525	785.841
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	11	(229.246)	(189.342)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(470.496)	(444.988)
Aquisição de ativo intangível		(898)	633
Recebimento de dividendos		28.325	51.449
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	31	5.412	4.654
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(666.903)	(577.594)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(22.066)	(17.927)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	187.058	106.835
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(117.948)	(115.849)
Pagamento de dividendos		(19.462)	(11.841)
Pagamento de ações de acionistas	16	(18.112)	(10.567)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		9.470	(49.349)
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(52.908)	158.898
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		705.992	547.094
No fim do exercício	7	653.084	705.992
		(52.908)	158.898

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades do Grupo Econômico Balbo compreendem as operações das seguintes Companhias:

Investidoras

Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A.

As atividades das Companhias compreendem, basicamente, a produção e comércio de açúcar e etanol (convencionais e orgânicos), além da participação em outras empresas.

Aproximadamente 32% da cana-de-açúcar processada pela Usina Santo Antônio S.A. e 60% da Usina São Francisco S.A. são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento rural.

As Companhias são cooperadas da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol convencional nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado proporcional à produção entregue à Cooperativa e reconhecido contabilmente pelo cooperado através do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1.986.

Investidas

Usina Uberaba S.A. – controlada em conjunto

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 58% da cana-de-açúcar processada é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. - controlada

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda. - controlada

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A. – controlada em conjunto

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração do PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova *Joint Venture* com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Biowax S.A. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a produção, fabricação e a comercialização de cera vegetal proveniente da cana-de-açúcar e seus derivados, através da exploração de tecnologias patenteadas pelos seus acionistas, ou que vierem a ser desenvolvidas ou a ela licenciadas; o desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias; a prestação de serviços de consultoria para a obtenção de cera vegetal ou animal.

Biowax Tecnologia S.A. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a comercialização de tecnologias, podendo transferir, ceder, licenciar ou vender referidas tecnologias, bem como a participação em outras empresas exploradoras de tecnologias.

Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. – controlada

A Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., foi constituída em 01 de agosto de 2024, tem como atividade de *holding* sobre o ramo de empreendimentos imobiliários do Grupo Econômico Balbo. Seu capital social foi integralizado com base nas quotas das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. nas investidas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme saldos contábeis de 31 de julho de 2024, com isso a Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. passou a ser a controladora direta das respectivas investidas. As investidas são controladas em conjunto e têm como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

1.1 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOS) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional das Companhias combinadas, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes entidades combinadas:

	2025			2024		
	Percentual de participação			Percentual de participação		
	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total
Controladas diretas						
Agropecuária Iracema Ltda.	61,75%	38,22%	99,97%	61,75%	38,22%	99,97%
Native Produtos Orgânicos Com. Imp. e Exp. Ltda.	-	99,99%	99,99%	-	99,99%	99,99%
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	61,77%	38,23%	100%
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	61,77%	38,23%	100%
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	61,77%	38,23%	100%
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	61,77%	38,23%	100%	-	-	-
Controladas em conjunto com combinação proporcional						
PHB Industrial S.A.	25,00%	25,00%	50,00%	25,00%	25,00%	50,00%
Usina Uberaba S.A.	27,50%	27,50%	55,00%	27,50%	27,50%	55,00%
Biowax S.A.	70,00%	-	70,00%	70,00%	-	70,00%
Biowax Tecnologia S.A.	50,00%	-	50,00%	50,00%	-	50,00%

As demonstrações financeiras utilizadas como base para combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das Companhias combinadas e os saldos combinados do patrimônio líquido e do resultado do exercício correspondem aos saldos das controladoras, conforme abaixo:

Grupo Econômico Balbo
Demonstrações financeiras
combinadas em 31 de março de 2025

31 de março de 2025

	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	638.757	1.196.444	(141.112)	(450.540)	(1.243.549)	107.389	1.010.255	(902.866)
Usina São Francisco S.A.	620.188	967.735	(230.313)	(545.593)	(812.017)	11.750	631.025	(619.275)
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)	328.488	532.380	(116.829)	(173.004)	(571.035)	44.468	443.833	(399.365)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	660	79	(56)	(100)	(583)	(259)	-	(259)
PHB Industrial S.A.	1.027	12.908	(188)	(4.100)	(9.647)	(535)	800	(1.335)
Agropecuária Iracema S.A.	12.534	67.449	(73.535)	-	(6.448)	(40.884)	8.081	(48.965)
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Consolidado)	18.182	22.165	(339)	(33.014)	(6.994)	58	37	21
Total antes das eliminações	1.619.836	2.799.160	(562.372)	(1.206.351)	(2.650.273)	121.987	2.094.031	(1.972.044)
(-) Eliminações	(100.361)	(619.843)	100.360	20.188	599.658	(2.848)	(132.497)	129.649
Total após as eliminações	1.519.475	2.179.317	(462.012)	(1.186.163)	(2.050.617)	119.139	1.961.534	(1.842.395)

31 de março de 2024

	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	699.106	1.059.853	(112.794)	(455.657)	(1.190.508)	289.774	918.517	(628.743)
Usina São Francisco S.A.	584.316	873.958	(154.769)	(485.289)	(818.216)	193.941	613.829	(419.888)
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)	310.800	491.508	(86.612)	(174.944)	(540.751)	110.723	418.993	(308.270)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	818	79	(56)	-	(841)	(462)	2.581	(3.043)
PHB Industrial S.A.	1.103	9.727	(107)	(2.500)	(8.223)	(1.184)	55	(1.239)
Agropecuária Iracema S.A.	3.809	62.402	(18.881)	-	(47.330)	(13.036)	9.171	(22.207)
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	40.826	3.043	(457)	(40.237)	(3.176)	3.127	262	2.865
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	18.813	5.858	(147)	(20.000)	(4.525)	1.505	229	1.276
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	16	-	-	(16)	-	-	-
Total antes das eliminações	1.659.590	2.506.444	(373.822)	(1.178.627)	(2.613.585)	584.388	1.963.637	(1.379.249)
(-) Eliminações	(36.989)	(671.880)	36.989	62.070	609.810	(100.675)	(88.666)	(12.009)
Total após as eliminações	1.622.601	1.834.564	(336.833)	(1.116.557)	(2.003.775)	483.713	1.874.971	(1.391.258)

As demonstrações contábeis da PHB Industrial S.A. e Usina Uberaba S.A., por se tratar de companhias controladas em conjunto, foram combinadas na respectiva proporção da participação do seu capital social. Os saldos que serviram de base para combinação estão assim representados:

PHB Industrial S.A.					
Ativos	31/03/2025	31/03/2024	Passivos e patrimônio líquido	31/03/2025	31/03/2024
Circulante	2.055	2.205	Circulante	377	213
Não circulante	355	7.417	Não circulante	8.200	5.000
Imobilizado, intangível e diferido	<u>25.461</u>	<u>12.037</u>	Patrimônio líquido	<u>19.294</u>	<u>16.446</u>
	<u>27.871</u>	<u>21.659</u>		<u>27.871</u>	<u>21.659</u>
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)					
Ativos	31/03/2025	31/03/2024	Passivos e patrimônio líquido	31/03/2025	31/03/2024
Circulante	597.252	565.091	Circulante	212.416	157.475
Não circulante	59.056	33.838	Não circulante	314.555	318.083
Investimentos, imobilizado e diferido	<u>908.908</u>	<u>859.812</u>	Patrimônio líquido	<u>1.038.245</u>	<u>983.183</u>
	<u>1.565.216</u>	<u>1.458.741</u>		<u>1.565.216</u>	<u>1.458.741</u>

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo incluem: Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (consolidado), referem-se em conjunto ao que denominamos Grupo Econômico Balbo, foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis materiais descritas na nota explicativa 4, as quais representam requerimentos de reconhecimento, classificação e mensuração baseadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas descritas no item (a) abaixo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Econômico Balbo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, essas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo de *performance* financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

(a) Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas

Demonstrações financeiras combinadas é um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. As Companhias combinadas utilizaram a definição de controle do CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum, e do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, quando da avaliação da existência de controle em conjunto.

Nesse contexto, para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo os seguintes requerimentos foram cumpridos:

- As entidades sujeitas à combinação, citadas na nota explicativa 2, estão sob o controle comum de acordo com a definição de controle do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ou sob controle conjunto de acordo CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto;
- Os princípios do CPC 44 - Demonstrações Combinadas foram utilizados na combinação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo para as entidades sob controle comum;
- Os ativos e passivos, receitas e despesas e fluxos de caixa das entidades sob controle conjunto estão sendo apresentadas nas demonstrações financeiras combinadas na respectiva proporção da sua participação societária, o que difere dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos do CPC 19 (R2);
- Saldos e transações entre as empresas do Grupo Econômico Balbo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas Grupo Econômico Balbo foram eliminadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial foram eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Econômico Balbo na investida. Perdas não realizadas foram eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável; e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

O Grupo Econômico Balbo elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais das companhias Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. para o exercício findo em 31 de março de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) apresentadas separadamente.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela administração em 25 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras combinadas.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na nota 4.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional das Companhias combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis das Companhias combinadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se as companhias combinadas têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4.4** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 4.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 8** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- **Nota 11** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 24** -Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Ativo biológico; e
- **Nota 25** - Instrumentos financeiros.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

4.1 Base de combinação

(i) Investimentos em controladas e sociedades controladas em conjunto (joint venture)

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras combinadas a partir da data em que o controle ou, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo Econômico Balbo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas, e os saldos contábeis estão sendo combinados na respectiva proporção da participação sobre o seu capital social.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo econômico na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das Companhias combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda

estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

As Companhias combinadas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

- (i) ***Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento***
Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as Companhias combinadas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- (ii) ***Instrumentos financeiros derivativos***
O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (iii) ***Compensação de instrumentos financeiros***
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- (iv) ***Capital social***
Ações ordinárias nominativas das Companhias combinadas são classificadas como patrimônio líquido. As Companhias combinadas não possuem ações preferenciais.

(v) **Dividendos**

Os dividendos obrigatórios, conforme definidos em estatuto de cada uma das Companhias, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas das Companhias combinadas, em cada entidade individual.

4.4 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. As Companhias combinadas optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração das Companhias combinadas realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pelas próprias Companhias combinadas incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas /despesas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo

que o Grupo econômico obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	Entre 25 e 26 anos
Maquinismos, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	Entre 12 e 14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	Entre 8 e 16 anos
Móveis e utensílios	Entre 8 e 10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção)	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurado na data de corte.

4.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelas Companhias combinadas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhias combinadas. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento

inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota explicativa nº 31).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pelas Companhias combinadas, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

4.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

As Companhias combinadas avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, as Companhias combinadas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das Companhias combinadas, que não os ativos biológicos, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024, as Companhias combinadas não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se as Companhias combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se as Companhias combinadas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

4.11 Receita operacional

(i) *Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimadas de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção das Companhias combinadas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

(iii) Venda de produtos - cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(iv) Venda de produtos - comercialização de lotes

As receitas provenientes da comercialização de lotes são reconhecidas mediante instrumentos de venda e compra, quando da transferência de controle e riscos dos lotes vendidos.

4.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real, exceto as Companhias combinadas Agropecuária Iracema Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., as quais optam, conforme facultado pela Lei nº9.430/96, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de “Lucro Presumido”, de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pela Leis nº8.981/95 e 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas.

Na determinação do imposto de renda correntes e diferidos as Companhias combinadas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. As Companhias combinadas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam as Companhias combinadas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção das Companhias combinadas e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. As Companhias combinadas diminuem o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As Companhias combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis, nos regulamentos em vigor.

As Companhias combinadas possuem certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, as Companhias combinadas recebem processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos.

Assim, buscam, além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

4.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo Econômico Balbo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, o Grupo Econômico Balbo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

O Grupo Econômico Balbo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (Nota 21).

O Grupo Econômico Balbo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O Grupo Econômico Balbo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se as Companhias combinadas podem exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento das Companhias combinadas.

As Companhias combinadas reconhecem o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

As Companhias combinadas e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

4.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, o Grupo divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

As Companhias Combinadas Usina Santo Antonio S.A. e Usina São Francisco S.A. ingressaram em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável das Companhias Combinadas, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas do Grupo, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS que está suportado no entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, aguardamos o julgamento do MS de forma definitiva para efetuarmos o levantamento dos valores envolvidos e posterior registro do direito.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo par fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

As Companhias combinadas também discutiram judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido, não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

No entanto, quando da operacionalização dos Pedidos de Restituição, avaliou-se que na totalidade dos períodos que compreenderam o direito adquirido, conforme o Mandado de Segurança, as companhias apuraram saldo credor de PIS e COFINS, de modo que, os advogados da causa aconselharam a tão somente escriturar os créditos objeto do Pedido de

Habilitação; procedimento que foi realizado. As Companhias combinadas aguardam eventual mudança na legislação a respeito de utilização de saldo credor nos livros fiscais.

Além disto, as Companhias combinadas estão avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol. Em março de 2025 a Companhia ingressou com Ação de Protesto Judicial Interruptivo de Prescrição referente ao Etanol Ad Rem.

4.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que as Companhias combinadas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As Companhias combinadas destinam o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de apurarem prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pelas Companhias combinadas estão divulgadas na nota 13(iv) e nota 27c(iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2025.

4.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais

(i) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)*

As Companhias combinadas adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Conforme divulgado na nota explicativa 20, as Companhias combinadas têm empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora uma futura quebra dos *covenants* específicos possa exigir que as Companhias combinadas liquidem os passivos antes das datas de vencimento contratuais, a administração avaliou os impactos dessa política e não identificou impacto significativo na classificação dos seus passivos.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das Companhias combinadas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) *Os ativos biológicos e os respectivos produtos*

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pelas Companhias combinadas, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

(ii) *Empréstimos e financiamentos*

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Companhias combinadas usam seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

6 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso das Companhias combinadas em 1º de abril de 2024). As Companhias combinadas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) *IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis*

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

As Companhias combinadas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. As Companhias combinadas também estão avaliando os impactos sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(ii) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e bancos	9.063	2.852
Aplicações financeiras	<u>644.021</u>	<u>703.140</u>
	<u><u>653.084</u></u>	<u><u>705.992</u></u>

O Grupo Econômico Balbo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras do Grupo se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 105% do CDI (em 31 de março de 2024 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição das Companhias combinadas a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

8 Contas a receber - Clientes

	31/03/2025	31/03/2024
Contas a receber – mercado interno (i)	68.520	54.503
Contas a receber – mercado externo (i)	59.202	51.252
Contas a receber - venda de lotes (ii)	<u>26.001</u>	<u>11.702</u>
	153.723	117.457
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(2.229)</u>	<u>(2.229)</u>
	<u><u>151.494</u></u>	<u><u>115.228</u></u>
Circulante	129.329	106.326
Não circulante	22.165	8.902

(i) Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria.

(ii) Refere-se a venda de lotes da Companhia combinada Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

A exposição a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive referente aos saldos que a Usina São Francisco S.A. tem a receber, os quais possuem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com esses saldos.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	(2.229)	(2.229)
(-) Reversão de provisão	-	-
	<u>(2.229)</u>	<u>(2.229)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
A vencer		
até 30 dias	44.273	34.386
de 31 até 90 dias	49.344	54.655
de 91 até 180 dias	2.823	2.257
acima de 180 dias	26.396	11.357
	<u>122.836</u>	<u>102.655</u>
Vencidos		
até 30 dias	16.747	9.620
de 31 até 90 dias	4.547	1.314
de 91 até 180 dias	1.443	599
acima de 180 dias	8.151	3.269
	<u>30.887</u>	<u>14.802</u>
	<u>153.723</u>	<u>117.457</u>

9 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção em relação às demais cooperadas.

A exposição a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

10 Estoques

	31/03/2025	31/03/2024
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar cristal	133	189
Cbios	5.725	-
Produtos orgânicos		
Açúcar orgânico	20.334	31.604
Etanol orgânico	21.778	20.752
Outros produtos orgânicos	13.133	12.245
Levedura	-	58
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	50.853	35.007
	<u>111.956</u>	<u>99.855</u>

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	<u>(1.641)</u>	<u>(1.503)</u>
Constituição de provisão	-	(138)
(-) Reversão de provisão	<u>38</u>	<u>-</u>
	<u><u>(1.603)</u></u>	<u><u>(1.641)</u></u>

11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	177.755	172.486
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	229.246	189.342
Reduções decorrentes da amortização	(177.755)	(172.486)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>(87.666)</u>	<u>(11.587)</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u><u>141.580</u></u>	<u><u>177.755</u></u>

Para o atendimento do CPC 29 - Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

Usina Santo Antônio S.A.	31/03/2025	31/03/2024
Área estimada de colheita (hectares)	13.897	13.849
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	85,40	93,96
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	130,13	133,25
Valor do Kg de ATR	1,3498	1,2079
WACC (a.a.)	7,04%	7,88%
Usina São Francisco S.A.	31/03/2025	31/03/2024
Área estimada de colheita (hectares)	8.559	10.557
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	64,70	88,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	139,52	139,31
Valor do Kg de ATR	1,5353	1,3095
WACC (a.a.)	7,13%	7,83%

Usina Uberaba S.A.	31/03/2025	31/03/2024
Área estimada de colheita (hectares)	18.334	18.211
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	111,54	112,30
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	125,73	125,45
Valor do Kg de ATR	1,1860	1,1024
WACC (a.a.)	6,45%	7,34%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado das Companhias combinadas, o qual é revisado anualmente pela administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As Companhias combinadas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

As Companhias combinadas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos. É feita a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular

do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.1) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, as Companhias combinadas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

As Companhias combinadas Usina Santo Antonio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 15.703 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 8.069 no valor justo do ativo biológico.

12 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores de cana e parceria agrícola	137.497	105.819
Fornecedores diversos	<u>7.926</u>	<u>6.402</u>
	<u><u>145.423</u></u>	<u><u>112.221</u></u>

A cana-de-açúcar, matéria prima do etanol, quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA. A realização do valor adiantado ocorre durante safra 25/26, a qual se inicia em abril de 2025, com expectativa de término em novembro de 2025.

13 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	31/03/2025	31/03/2024
ICMS – saldo credor corrente (i)	16.082	23.283
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (ii)	28.618	20.659
PIS e COFINS (iii)	65.435	87.371
IRRF	15.133	8.673
IPI	7.159	10.920
Outros	1.818	961
	134.245	151.867
Circulante	102.154	103.018
Não circulante	32.091	48.849

- (i) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., com objetivo de atenuar os efeitos da elevação dos preços dos combustíveis fósseis e manter o diferencial de competitividade na comercialização de biocombustíveis, o governo estadual repassou aos produtores de etanol, crédito outorgado de ICMS, proveniente do auxílio financeiro distribuído pelo governo federal aos Estados, em decorrência da Emenda Constitucional nº 123 de 2022. Considerando que a incidência do ICMS sobre a circulação dos combustíveis (EHC e EAC) está diferida até o fechamento desta demonstração financeira, houve o acúmulo de créditos fiscais. Estima-se uma mudança a curto/médio prazo na legislação para novamente tributar estes produtos e assim possibilitar a compensação deste valor.
- (ii) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.
- (iii) O aumento do saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o aumento do saldo credor, foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.

b. Imposto de renda e contribuição social saldo negativo

	31/03/2025	31/03/2024
IR / CS saldo negativo (i)	71.318	248.358
	71.318	248.358

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14, que basicamente dispõe que benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pelas Companhias combinadas. Nesse exercício, as Companhias combinadas obtiveram recebimentos efetivos no valor de R\$ 189.653 (principal + juros), havendo ainda saldo a receber.

14 Depósitos judiciais

	31/03/2025	31/03/2024
Verba indenizatória ação de preços (i)	350.546	200.637
Outros	<u>25.246</u>	<u>19.410</u>
	<u>375.792</u>	<u>220.047</u>

- (i) As Companhias combinadas efetuaram depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida, mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 24.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

As Companhias combinadas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2025
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	2.432	10.608	13.040	49.769	62.809
Base negativa da contribuição social	864	3.819	4.683	17.917	22.600
Ativo biológico - CPC 29	(6.370)	10.310	3.940	25.867	29.807
Provisão para contingências	1.220	-	1.220	-	1.220
Provisão para perdas esperadas	792	-	792	-	792
Provisão para estoques obsoletos	442	-	442	-	442
	<u>(620)</u>	<u>24.737</u>	<u>24.117</u>	<u>93.553</u>	<u>117.670</u>
Passivo não circulante					
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(37.716)	1.808	(35.908)	890	(35.018)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(2.028)	72	(1.956)	(572)	(2.528)
Valor justo investimentos	(28.090)	(5.890)	(33.980)	(3.922)	(37.902)
Depreciação acelerada incentivada	(72.428)	(17.271)	(89.699)	(12.187)	(101.886)
Outros	(486)	140	(346)	17	(329)
	<u>(140.748)</u>	<u>(21.141)</u>	<u>(161.889)</u>	<u>(15.774)</u>	<u>(177.663)</u>
	<u>(141.368)</u>	<u>3.596</u>	<u>(137.772)</u>	<u>77.779</u>	<u>(59.993)</u>

Período estimado de realização dos créditos tributários

Fundamentadas nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

Estima-se recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da sua elaboração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Empréstimos e financiamentos Cooperativa	559.434	626.658
Debêntures	87.280	82.909
Notas comerciais	155.332	-
Passivo de arrendamento	45.658	48.881
Aquisições de ações de acionistas	131.631	89.733
	<u>979.335</u>	<u>848.181</u>
Total da dívida		
Caixa e equivalente de caixa	<u>(653.084)</u>	<u>(705.992)</u>
Total da dívida líquida	<u>326.251</u>	<u>142.189</u>

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Notas comerciais	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida
Dívida líquida em 31 de março de 2023	<u>581.838</u>	<u>79.352</u>	<u>-</u>	<u>59.392</u>	<u>93.911</u>	<u>814.493</u>
Movimentação que afeta o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	106.835	-	-	-	-	106.835
Pagamentos - Principal	(115.849)	-	-	(17.927)	(10.567)	(144.343)
Pagamentos - Juros	(59.479)	(4.324)	-	-	-	(63.803)
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	43.355	-	-	6.230	-	49.585
Juros provisionados	69.958	7.881	-	1.186	-	79.025
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	-	6.389	6.389
	<u>626.658</u>	<u>82.909</u>	<u>-</u>	<u>48.881</u>	<u>89.733</u>	<u>848.181</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2024						
Movimentação que afeta o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	37.058	-	150.000	11.867	53.120	252.045
Pagamentos - Principal	(117.948)	-	-	(22.066)	(18.112)	(158.126)
Pagamentos - Juros	(50.090)	(4.668)	-	-	-	(54.758)
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	-	-	-	4.949	-	4.949
Juros provisionados	63.756	9.039	5.332	2.027	-	80.154
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	-	6.890	6.890
	<u>559.434</u>	<u>87.280</u>	<u>155.332</u>	<u>45.658</u>	<u>131.631</u>	<u>979.335</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2025						

17 Investimentos

	31/03/2025	31/03/2024
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	16.563	16.563
Copersucar S.A.	109.762	111.951
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	1.119	1.120
União São Paulo S.A.	556	556
Outros investimentos avaliados ao custo	4.755	284
	<u>132.755</u>	<u>130.474</u>

- (i) Ágio na aquisição de ações das coligadas e controladas Usina Uberaba S.A. e Agropecuária Iracema S.A. A realização dar-se-á em eventual alienação ou pela sua redução ao valor recuperável (*impairment*).

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2023	62.676	250.934	58.602	72.059	1.652	144.766	64.841	44.463	116.625	270.280	27.043	1.113.940
Adições	1	5.802	17.551	23.442	399	146.377	-	6.048	160.379	114.421	13.923	488.343
Alienações	(67)	(732)	(135)	(1.105)	(1)	-	(43)	(50)	-	-	(38.364)	(40.497)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(159.025)	-	-	-	-	-	(159.025)
Transferências	3.452	27.718	4.800	9.762	300	-	-	388	(46.420)	-	-	-
Depreciação	(2.722)	(23.814)	(10.300)	(15.649)	(465)	-	-	(3.653)	-	(62.088)	-	(118.691)
Saldo em 31 de março de 2024	63.340	259.908	70.518	88.509	1.885	132.118	64.798	47.195	230.584	322.613	2.602	1.284.070
Custo total	106.716	599.454	159.124	175.972	6.637	1.258.972	64.798	79.167	230.584	853.640	2.602	3.537.666
Depreciação acumulada	(43.376)	(339.546)	(88.606)	(87.463)	(4.752)	(1.126.854)	-	(31.972)	-	(531.027)	-	(2.253.596)
Valor residual	63.340	259.908	70.518	88.509	1.885	132.118	64.798	47.195	230.584	322.613	2.602	1.284.070
Saldo em 31 de março de 2024	63.340	259.908	70.518	88.509	1.885	132.118	64.798	47.195	230.584	322.613	2.602	1.284.070
Adições	36	3.688	10.538	4.828	314	167.663	12.996	9.223	140.400	118.813	1.998	470.496
Alienações	(5)	(17)	(685)	(237)	-	-	-	(921)	-	-	(2.566)	(4.431)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(131.409)	-	-	-	-	-	(131.409)
Transferências	17.574	38.900	25.015	9.884	396	-	-	774	(92.543)	-	-	-
Depreciação	(3.797)	(26.773)	(11.805)	(18.518)	(485)	-	-	(4.037)	-	(69.656)	-	(135.071)
Saldo em 31 de março de 2025	77.148	275.706	93.580	84.466	2.110	168.372	77.794	52.234	278.441	371.770	2.034	1.483.654
Custo total	124.321	642.026	193.992	190.447	7.347	1.426.635	77.794	88.243	278.441	972.453	2.034	4.003.732
Depreciação acumulada	(47.173)	(366.320)	(100.412)	(105.981)	(5.237)	(1.258.263)	-	(36.009)	-	(600.683)	-	(2.520.078)
Valor residual	77.148	275.706	93.580	84.466	2.110	168.372	77.794	52.234	278.441	371.770	2.034	1.483.654

Obras em andamento

Refere-se, substancialmente a investimentos de reparo e melhoria nas Companhias combinadas, como: i) melhoria na fábrica de açúcar para ganho na eficiência da produção, com adequação de equipamento de cozedor, centrífuga e condensador evaporativo; ii) projeto nova portaria de uma das Companhias combinadas; iii) equipamentos referente projeto atualização informática; iv) investimentos com o projeto de ampliação de moagem de uma das Companhias combinadas; v) aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, caminhões, tratores, pá carregadeira, equipamentos para irrigação, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 25/26.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2025, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 79.845 (R\$ 87.319 em 31 de março de 2024) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado das Companhias combinadas foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2025, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios das Companhias combinadas. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 4.4 (iii).

19 Fornecedores

	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores de cana-de-açúcar	76.739	70.560
Fornecedores diversos	<u>59.364</u>	<u>37.522</u>
	<u>136.103</u>	<u>108.082</u>

A exposição aos riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 25.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo econômico a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 25.

a. Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2025	31/03/2024
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	01/2027	Juros de 1,45% a 2,20% a.a mais CDI	71.052	119.697
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,83% a 3,16% a.a mais CDI	11.065	21.099
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros de 1,68% a.a mais CDI	8.786	13.135
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	1.931	2.870
Custeio	R\$	06/2025	Juros pré-fixados de 6% a 6,84% a.a	12.469	3.823
FINAME	R\$	11/2028	Juros pré-fixados entre 4% a 6,84% a.a	26.707	4.482
FINAME	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a 4,76% a.a mais TLP	54.355	67.430
FINAME	R\$	05/2039	Juros de 1,82% a 3% a.a mais Selic	59.787	55.135
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	01/2027	Juros de 1,33% a 2,33% a.a mais CDI	149.196	171.899
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 2,47% a.a. mais CDI	125.900	119.542
				<u>521.248</u>	<u>579.112</u>
Circulante				169.197	129.296
Não circulante				352.051	449.816

(i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de *Swap*.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2025	31/03/2024
Safra 25/26	-	144.860
Safra 26/27	129.021	119.265
Safra 27/28	75.845	65.918
Safra 28/29	52.691	54.763
Safra 29/30 a 32/33	94.494	65.010
	<u>352.051</u>	<u>449.816</u>

As Companhias combinadas têm algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias avais de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

b. Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	31/03/2025	31/03/2024
Repasso de recursos (Selic)	16.700	29.630
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	21.486	17.916
	<u>38.186</u>	<u>47.546</u>
Circulante	-	1.777
Não circulante	38.186	45.769

c. Debêntures

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2025	31/03/2024
Debêntures (i)	R\$	08/2028	Juros de 1,5% a.a. mais CDI	87.280	82.909
				<u>87.280</u>	<u>82.909</u>
Circulante				22.210	531
Não circulante				65.070	82.378

- (i) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais) remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de *Swap*.

d. Notas comerciais

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2025	31/03/2024
Notas comerciais (i)	R\$	12/2034	Juros de 1,20% a.a mais CDI	155.332	-
				<u>155.332</u>	<u>-</u>
Circulante				5.332	-
Não circulante				150.000	-

- (i) Em 16 de dezembro de 2024, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais) remunerada a CDI + 1,20% a.a. A Garantia prestada foi fiança da Usina Santo Antônio S.A. e Agropecuária Iracema Ltda. As notas comerciais terão prazo de 10 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de dezembro de 2024, portanto, vencimento em 15 de dezembro de 2034, sendo as parcelas amortizadas anualmente, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2030. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de junho de 2025.

21 Passivo de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldos iniciais	66.501	65.356
Ajuste por remensuração	4.949	6.230
Despesa de depreciação	<u>(19.252)</u>	<u>(16.953)</u>
Saldos finais	<u>52.198</u>	<u>54.633</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldos iniciais	60.748	59.392
Ajuste por remensuração	4.633	6.230
Pagamentos	(22.065)	(17.927)
Juros provisionados	2.342	1.186
Saldos finais	<u>45.658</u>	<u>48.881</u>
Circulante	18.808	16.457
Não circulante	26.850	32.424

Divulgações adicionais

O Grupo Econômico Balbo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	5,37%
03 anos	5,56%
04 anos	5,79%
05 anos	5,92%

O Grupo Econômico Balbo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

	31/03/2025	31/03/2024
Safra 2024/2025	-	16.457
Safra 2025/2026	18.841	16.457
Safra 2026/2027	18.841	16.457
Safra 2027/2028	3.686	2.464
Safra 2028/2029 em diante	9.280	-
Valores não descontado	<u>50.648</u>	<u>51.835</u>
Ajuste a valor presente	<u>(4.990)</u>	<u>(2.954)</u>
Saldos finais	<u>45.658</u>	<u>48.881</u>

22 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2025	31/03/2024
INSS a recolher	14.696	11.938
Outros impostos a recolher	10.459	6.723
	25.155	18.661
Circulante	14.018	10.911
Não circulante	11.137	7.750

23 Demais passivos

	31/03/2025	31/03/2024
Dividendos a pagar	1.692	2.706
Adiantamento de clientes	11.287	337
Aquisição de ações de acionistas (i)	131.631	89.733
Provisão parte crédito presumido ICMS	3.130	3.130
Resultados a realizar	17.165	-
Outros	3.700	3.827
	168.605	99.733
Circulante	38.887	21.629
Não circulante	129.718	78.104

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios das Companhias combinadas. Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para as Companhias combinadas nos termos definido na política de compra.

24 Provisão para contingências

	31/03/2025	31/03/2024
Trabalhistas	1.503	2.831
Tributárias (i)	350.546	279.213
Cíveis	509	13
Ambientais	487	487
	353.045	282.544

- (i) Constituiu-se provisão para contingências de natureza tributária referente aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida. O depósito judicial está evidenciado na nota 14.

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2023	2.831	149.121	13	487	152.452
Constituição de provisão	-	130.092	-	-	130.092
Em 31 de março de 2024	2.831	279.213	13	487	282.544
Atualização de provisão	-	71.589	-	-	71.589
Valores não usados, estornados	(1.328)	(256)	496	-	(1.088)
Em 31 de março de 2025	1.503	350.546	509	487	353.045

Passivos contingentes

Há contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de março de 2024	13.302	93.556	353	8.014	115.225
Saldo em 31 de março de 2025	12.423	109.196	16.022	13.159	150.801

25 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

As Companhias combinadas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e suas atividades. Por meio de treinamentos e procedimentos de gestão, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de se incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de

açúcar e álcool orgânico, levedura e energia elétrica, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	653.084	705.992
Contas a receber – Clientes	8	151.494	115.228
Contas a receber - Cooperativa	9	202.327	125.594
Demais ativos		10.409	7.441
Instrumentos financeiros derivativos	25	29.108	21.468
		<u>1.046.422</u>	<u>975.723</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração relevante, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, demonstrado na nota explicativa 7, são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que as Companhias combinadas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

As Companhias combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/03/2025				
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	653.084	-	-	-
Contas a receber - Clientes	129.329	22.165	-	-
Contas a receber - Cooperativa	124.463	77.864	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.289	12.578	6.289	-
Demais ativos	10.128	286	-	-
	<u>923.293</u>	<u>112.893</u>	<u>6.289</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	136.103	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	193.024	279.707	179.703	123.777
Financiamentos - Cooperativa	-	38.186	-	-
Debêntures	26.152	52.709	26.853	-
Notas comerciais	22.008	43.832	192.536	73.995
Passivos de arrendamento	18.841	18.841	12.966	-
Demais passivos	27.600	53.990	34.760	40.968
	<u>423.728</u>	<u>487.265</u>	<u>446.818</u>	<u>238.740</u>
31/03/2024				
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	705.992	-	-	-
Contas a receber - Clientes	106.326	8.902	-	-
Contas a receber - Cooperativa	44.155	81.439	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.294	8.587	8.587	-
Demais ativos	3.453	3.988	-	-
	<u>864.220</u>	<u>102.916</u>	<u>8.587</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	108.082	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	268.069	231.875	211.414	47.098
Financiamentos - Cooperativa	1.777	45.769	-	-
Debêntures	4.743	54.421	54.952	-
Passivos de arrendamento	16.457	16.457	18.921	-
Demais passivos	22.292	26.772	38.401	12.931
	<u>421.420</u>	<u>375.294</u>	<u>323.688</u>	<u>60.029</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas, conforme quadros abaixo:

	31/03/2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.063	644.021	644.021
Contas a receber - Clientes	151.494	-	-
Contas a receber - Cooperativa	202.327	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.108	29.108
Demais ativos	10.409	-	-
	<u>373.293</u>	<u>673.129</u>	<u>673.129</u>
Passivos			
Fornecedores	136.103	-	-
Empréstimos e financiamentos	521.248	-	453.598
Financiamentos - Cooperativa	38.186	-	-
Debêntures	87.280	-	82.934
Notas comerciais	155.332	-	164.207
Passivos de arrendamento	45.658	-	-
Demais passivos	157.318	-	-
	<u>1.141.125</u>	<u>-</u>	<u>700.739</u>
		31/03/2024	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.852	703.140	703.140
Contas a receber - Clientes	115.228	-	-
Contas a receber - Cooperativa	125.594	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.468	21.468
Demais ativos	7.441	-	-
	<u>251.115</u>	<u>724.608</u>	<u>724.608</u>
Passivos			
Fornecedores	108.082	-	-
Empréstimos e financiamentos	579.112	-	258.853
Financiamentos - Cooperativa	47.546	-	-
Debêntures	82.909	-	86.607
Passivos de arrendamento	48.881	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Demais passivos	99.396	-	-
	<u>965.926</u>	<u>-</u>	<u>345.460</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de produtos fabricados

As Companhias combinadas estão expostas ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol, convencionais e orgânicos. Em relação a *comodities* de açúcar, com o objetivo de proteção do preço em condições favoráveis de mercado, a Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. já pré-fixou o equivalente 39% da estimativa de produção da safra 25/26. Em relação à safra 26/27, não realizou fixações e mantém constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 25/26.

Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, a Companhia combinada Usina São Francisco S.A. opera com *hedge* de proteção cambial para o mercado externo. No mercado interno não há histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 25/26.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

O Grupo está exposto a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Ativo			
Aplicações financeiras	7	644.021	703.140
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	20	(739.454)	(680.474)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	25	29.108	21.468

Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, o Grupo utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de stress. O Grupo entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado para o próximo exercício.

	Cenários											
	31/03/2025	Risco	%	Provável valor	Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	valor	%	valor	%	valor	%	valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	644.021	CDI	14,71%	94.756	18,39%	118.445	22,07%	142.134	11,03%	71.067	7,36%	47.378
Total dos ativos financeiros	644.021			94.756		118.445		142.134		71.067		47.378
Passivos financeiros												
Financiamentos - Finame	(54.355)	TLP	9,32%	(5.065)	11,65%	(6.332)	13,98%	(7.598)	6,99%	(3.799)	4,66%	(2.533)
Financiamentos - Finame	(59.787)	SELIC	16,26%	(9.721)	20,32%	(12.152)	24,39%	(14.582)	12,19%	(7.291)	8,13%	(4.861)
Financiamentos - Cooperativa	(16.700)	SELIC	14,15%	(2.363)	17,69%	(2.954)	21,23%	(3.545)	10,61%	(1.772)	7,08%	(1.182)
Financiamentos – NCE/CPRF/CCE/CCB	(240.099)	CDI	16,74%	(40.199)	20,93%	(50.249)	25,11%	(60.299)	12,56%	(30.149)	8,37%	(20.100)
Financiamentos – Debêntures / CRA	(213.181)	IPCA	5,99%	(12.763)	7,48%	(15.954)	8,98%	(19.145)	4,49%	(9.572)	2,99%	(6.382)
Notas comerciais	(155.332)	CDI	16,47%	(25.583)	20,59%	(31.979)	24,71%	(38.375)	12,35%	(19.187)	8,24%	(12.792)
Financiamentos – Derivativos	29.108	CDI	16,50%	4.804	20,63%	6.006	24,75%	7.208	12,38%	3.603	8,25%	2.402
Total dos passivos financeiros	(710.346)			(90.891)		(113.615)		(136.335)		(68.168)		(45.447)
Total				3.865		4.831		5.799		2.899		1.931
Impacto no resultado e no PL						966		1.934		(966)		(1.934)

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2025, os valores de referência (*notional*) dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swap* vinculados, correspondiam a R\$ 213.181, (em 31 de março de 2024 correspondiam a R\$ 202.451).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2025, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 29.108 (em 31 de março de 2024 correspondiam a um direito de R\$ 21.468).

Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2025, ao valor de R\$ 184.073 (em 31 de março de 2024 correspondia a R\$ 180.983).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	31/03/2025		31/03/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos SWAP (i)	29.108	-	21.468	-
	<u>29.108</u>	<u>-</u>	<u>21.468</u>	<u>-</u>

(i) Considera o total dos SWAPs - dólar para reais e taxa pré para pós.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa de R\$ 7.643 (em 31 de março de 2024 correspondia a uma receita de R\$ 1.265).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/03/2025	31/03/2024
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	41.107	11.175
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	644.021	703.140
Passivos financeiros	739.454	680.476

Gerenciamento do capital

Os objetivos das Companhias combinadas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Uma das práticas da administração na gestão do seu endividamento com objetivo de melhorar as condições de captações é a utilização dos instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira (inclui financiamentos Cooperativa) em 31 de março de 2025 e de 2024 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2025	31/03/2024
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	559.434	626.658
(+) Debêntures	87.280	82.909
(+) Notas comerciais	155.332	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(653.084)	(705.992)
(+ / -) Instrumentos financeiros derivativos	<u>(29.108)</u>	<u>(21.468)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>119.854</u>	<u>(17.893)</u>
Total do investimento líquido do controlador (B)	<u>2.050.617</u>	<u>2.003.775</u>
Total do capital (A + B)	<u><u>2.170.471</u></u>	<u><u>1.985.882</u></u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	<u>6</u>	<u>(1)</u>

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

26 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 20.974 (R\$ 18.368 em 31 de março de 2024). Não há concessão ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem adiantamentos para futuro aumento de capital, dividendos a pagar aos acionistas e aquisição de ações em tesouraria.

	31/03/2025	31/03/2024
Passivo circulante		
Fornecimento de cana-de-açúcar		
Acionistas	18.188	27.820
Dividendos a pagar (nota explicativa 23)		
Dividendos a pagar	1.693	3.260
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	1.320	1.320
Aquisição de ações de acionistas (nota explicativa 23)		
Acionistas	19.215	12.801
	40.416	17.381
Passivo não circulante		
Aquisição de ações de acionistas (nota explicativa 23)		
Acionistas	112.416	76.932
Compra de cana-de-açúcar		
Partes relacionadas	28.504	51.242

c. Contrato de fornecimento

- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencional junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. também são intervenientes garantidoras das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

- A Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. possui contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Companhia combinada Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 27/28 realizado em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

27 Investimento líquido do controlador

No contexto das demonstrações financeiras combinadas, as rubricas que compõe o patrimônio líquido estão apresentadas em apenas um item denominado patrimônio líquido. Esta nomenclatura segue também nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As informações desta nota são derivadas das informações financeiras da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. e Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. Dessa forma, conforme apresentado na nota 3, estas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo não representam as demonstrações financeiras individuais destas entidades.

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em 26 de julho de 2024 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 356.666, decorrente de deliberação assemblear.

Em 28 de julho de 2023 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 230.871, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025 houve aquisições de 134.077 ações de acionistas. Até 31 de março de 2024 haviam sido adquiridas 200.837 ações da Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. e 69.570 ações da Companhia combinada Usina São Francisco S.A. de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”.

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025 e 2024 não foram feitas reservas de lucros para aquisição de ações. (Nota explicativa 23)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

(iv) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (i), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2025, as Companhias combinadas não constituíram reserva para incentivos fiscais. Até o período findo em 31 de março de 2024, as Companhias combinadas constituíram reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2017 a 2023, no montante de R\$ 81.863 (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital).

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, em cada entidade individual.

Em assembleia dos acionistas realizada em 26 de julho de 2024 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 18.581 e na assembleia em 28 de julho de 2023, R\$ 10.722.

28 Receita operacional líquida

As receitas operacionais são compostas substancialmente pela venda de açúcar, açúcar orgânico, etanol, etanol orgânico, produtos orgânicos de varejo, energia elétrica, derivados de levedura, bagaço de cana-de-açúcar e prestação de serviços agrícolas, praticadas no mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2025	31/03/2024
Açúcar	541.468	635.143
Açúcar orgânico	370.497	325.110
Etanol	944.329	840.483
Etanol orgânico	97.459	91.419
Cbios	26.140	27.780
Outros produtos orgânicos	49.472	41.799
Derivados de levedura	19.790	16.267
Cana-de-açúcar	10.790	4.760
Energia elétrica	35.510	15.925
Venda de lotes	619	782
Serviços prestados	7.159	4.068
Bagaço da cana	3.478	5.626
Combustíveis e lubrificantes	2.276	2.611
Outras vendas	20.586	14.903
	<u>2.129.573</u>	<u>2.026.676</u>
Receita bruta		
(-) Impostos sobre vendas	(162.312)	(147.005)
(-) Devoluções e abatimentos	(5.728)	(4.700)
	<u>1.961.533</u>	<u>1.874.971</u>

29 Custo de produção

O custo de produção das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, prestação de serviços por terceiros, mão de obra e encargos sociais, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, produtos químicos e insumos, as quais em conjunto perfazem aproximadamente 99% do total do custo de produção dos produtos acabados.

30 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2025	31/03/2024
Despesa com pessoal	(72.451)	(73.229)
Depreciação e amortização	(1.962)	(1.919)
Despesa com comercialização Cooperativa	(6.511)	(7.626)
Despesa com comercialização - orgânicos	(50.178)	(45.214)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(78.630)	(37.318)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(3.886)	(4.498)
Frete, carretos, transportes e armazenagem	(50.055)	(53.326)
Outras despesas	(29.836)	(33.090)
	<u>(293.509)</u>	<u>(256.220)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(138.061)	(139.281)
Administrativas e gerais	(155.448)	(116.939)
	<u>(293.509)</u>	<u>(256.220)</u>

31 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	716	1.628
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	5.412	4.654
Receita verba indenizatória	-	326.978
Dividendos	445	237
Ganho por variação patrimonial em investida	11.295	17.324
Cbrios a negociar	9.544	-
Ressarcimentos de créditos tributários	2.546	-
Outras receitas operacionais	<u>11.684</u>	<u>3.276</u>
	<u>41.642</u>	<u>354.097</u>
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(9.817)	(9.210)
Custo na alienação de imobilizado	(1.865)	(1.598)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória	-	(63.559)
Estorno crédito ICMS CIAP	(3.384)	-
Outras despesas operacionais	<u>(4.756)</u>	<u>(1.850)</u>
	<u>(19.822)</u>	<u>(76.217)</u>
	<u>21.820</u>	<u>277.880</u>

32 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	863	2.365
Juros aplicações financeiras	52.055	46.018
Atualização depósitos judiciais	71.589	-
Juros demais operações e outros	19.010	51.823
Resultado positivo com instrumentos derivativos	-	1.265
	<u>143.517</u>	<u>101.471</u>
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(2.581)	(1.734)
Juros apropriados sobre financiamentos	(78.435)	(78.932)
Juros passivos de arrendamento	(2.027)	(1.186)
Atualização de aquisição de ações	(6.890)	(6.389)
Atualização provisão para contingências	(71.589)	-
Descontos concedidos e outros	(16.200)	(11.055)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	<u>(7.643)</u>	<u>-</u>
	<u>(185.365)</u>	<u>(99.296)</u>
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	<u>10.693</u>	<u>(396)</u>
	<u>(31.155)</u>	<u>1.779</u>

33 Compromissos

As Companhias combinadas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras as Companhias combinadas têm o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica. Em 31 de março de 2025, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 427.722 metros cúbicos de etanol e 242.368 toneladas de açúcar, a serem cumpridos até 31 de março de 2026

Compras de insumos

As Companhias combinadas constantemente celebram contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de suas lavouras ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura. Até a data da emissão da demonstração financeira havia R\$ 15.983 compras firmadas de insumos agrícolas, como fertilizantes, herbicidas, pó calcário, inseticidas, corretivo de solo, entre outros para a safra 25/26 e negociações com fornecedores em andamento.

Compras de cana-de-açúcar

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga é determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Nesta safra que se inicia (25/26), entre contratos assumidos e negociações em andamento a estimativa total de cana a ser adquirida de fornecedores é de 3.368 (mil) toneladas.

Clesio Antonio Balbo
Diretor presidente

Ranulfo Costa
Gerente de controladoria